NOVO CPC: DE EMBARGOS INFRINGENTES PARA TÉCNICA DE JULGAMENTO

Adriana Aparecida Giosa Ligerio, Israel Matheus Cardozo Silva Coutini

Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, curso de Direito, Presidente Prudente - SP. E-mail: israelmatheus2010@hotmail.com.

RESUMO

Esta obra tratou do tema Embargos Infringentes e sua extinção no direito brasileiro, bem como sua substituição pela denominada Técnica de Julgamento, trazida pelo Código de Processo Civil de 2015. O objetivo deste estudo foi, então, de apresentar ao leitor o novo incidente (Técnica de Julgamento), justificar a extinção do antigo instituto (Embargos Infringentes), e mostrar, além da historicidade e divergências a respeito do tema, se houve ou não vantagens com sua supressão pela revogação do Código de Processo Civil de 1973. A metodologia constou de diversas obras dos mais conhecidos autores brasileiros da área processual cível. Os resultados foram convincentes, visto que a maioria desses autores descrevia, com precisão, dados necessários para se elaborar um entendimento sobre os institutos Embargos Infringentes e Técnica de Julgamento. Conclui-se que a substituição de um instituto, que prolongava o processo, por outro, mais célere e de maior incidência, foi satisfatória, pois o sistema jurídico brasileiro carece de simplificações neste sentido.

Palavras-chave: acórdão, embargos infringentes, incidente processual, recurso, técnica de julgamento.

NEW CPC: OF INFRINGING EMBARGOES FOR JUDGING TECHNIQUE

ABSTRACT

This work dealt with the topic infringing Embargoes and their extinction in the Brazilian law and its replacement by named Trial Technique, brought by the Civil Procedure Code of 2015. The aim of this study was then to introduce the reader to the new incident (Technical Trial), justify the extinction of the old institute (embargoes infringing), and show, beyond the historicity and disagreements on the subject, whether or not advantages to its suppression by the repeal of the Civil Procedure Code of 1973. The methodology consisted of several works of the best known Brazilian authors of civil procedural area. The results were convincing, since most of these authors described, accurately, data needed to develop an understanding of the institutes infringing Embargoes and Trial Technique. It is concluded that the replacement of an institute, which prolonged the process, on the other, faster and higher incidence, was satisfactory, as the Brazilian legal system needs to be simplified in this regard.

Keywords: judgment, infringing embargoes, procedural issue, resort, trial technique.

INTRODUÇÃO

Com o avanço da sociedade após a promulgação da Magna Carta de 1988, passou-se a reivindicar, com maior incidência, direitos e deveres, o que se tornou mais que um mero querer, uma necessidade. Perante o atual sistema jurídico brasileiro, que é responsável pela pacificação social, pode-se ver que essa necessidade social nem sempre obtém a tutela jurisdicional almejada, e, quando a obtém, é provável ter passado por um moroso caminho - o processo e seus requisitos.

A fim de suprir as demandas sociais, o Poder Legislativo busca se utilizar de mecanismos e técnicas, para intervir - feitura de leis, revogações, alterações etc.; e foi numa intervenção desta que fez promover grandes mudanças jurídicas acerca dos processos cíveis, que foi a edição de um novo Código de Processo Civil Lei nº 13.105 de 2015 (novo CPC), suplantando o conhecido diploma processual de 1973.

Nesse novo diploma processual, cabe destacar-se o ponto estudado: a supressão do recurso de Embargos Infringentes e sua substituição pela denominada Técnica de Julgamento.

O objetivo deste estudo foi o de mostrar a importância das alterações do instituto supracitado em prol da celeridade processual, bem como o instituto que o substitui, passando pela historicidade do tema, a influência das reformas verificadas no CPC de 1973 advindas da Lei nº 10.352/2001, suas possibilidades de cabimento, incidência e as opiniões dos mais famosos processualistas da área.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi eminentemente bibliográfica, tendo a intenção de possibilitar a compreensão do instituto tratado, bem como do incidente substitutivo, analisando os argumentos favoráveis e desfavoráveis da alteração; apresentando e comparando o instituto e o incidente substitutivo demonstrando as significantes mudanças com edição do novo Código de Processo Civil.

Neste estudo, partindo-se do raciocínio hipotético dedutivo, foram construídas as bases do trabalho, numa interpretação reflexiva e dialética.

DISCUSSÃO

Os Embargos Infringentes são uma modalidade de recurso dentro do Tribunal de segunda instância. Dentro deste, os embargos são interpostos de uma Turma/Câmara - composta, em regra, por três membros para outra do mesmo Tribunal.

Conforme previsto na primeira parte do art. 530 do CPC/73, "cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória". (*sic*) Sendo o acórdão não unânime, isto é, tendo, pelo menos, um voto vencido, caberá este recurso. Assim, "O voto vencido será de grande relevância para a interposição do recurso, porque fixará os seus limites [...]" (GONÇALVES, 2011, p. 512). (*sic*)

Visto isto, cabe dar-se ênfase a que, como se trata de recurso interposto em Tribunal de segunda instância, os Embargos Infringentes **somente serão cabíveis contra acórdão, e não contra sentença.**

O art. 530 do CPC/73 sofreu uma relevante reforma, dada pela Lei nº10.352/2001. Antes da reforma, este artigo possuía uma redação mais permissiva, se comparada com a do vigente. Diante do julgamento de ação rescisória ou apelação, a redação original do art. 530 do CPC permitia que os Embargos Infringentes fossem "interpostos sempre que [...] fosse proferido acórdão não unânime, **não importando qual fosse o teor da sentença ou do acórdão**" (GONÇALVES, 2011, p. 511). (*sic*)

Com a reforma dada pela citada lei, também se resgataram interpretações de textos arcaicos da lei processual, como a do Código de Processo Civil de 1939. Neste sentido, explica Theodoro Jr. (2014, p. 836) que

A reforma do CPC produzida pela Lei no 10.352/2001, no tocante aos embargos infringentes [...] reimplantou o antigo regime da "dupla conformidade", que vigorou desde os tempos das Ordenações do Reino até o primitivo texto do CPC de 1939. Consiste tal sistema na vedação dos infringentes sempre que se registrar nas duas instâncias decisão com igual conclusão. (*sic*)

Conclui-se, então, que a citada lei acabou por reduzir, consideravelmente, a aplicação dos embargos infringentes, aumentando as divergências doutrinárias sobre ainda existir o tal recurso no Direito brasileiro.

Essa modalidade de recurso – Embargos Infringentes –, por não ser assídua nos processos, e, quando presente, retardá-los, sempre foi objeto de discussões por parcela considerável dos doutrinadores da área processual cível. O argumento que se pode considerar mais relevante, encontrado em diversas doutrinas, é o da **morosidade do processo quando interposto** o citado recurso. Com argumentos convincentes sobre o assunto, Didier Jr. (2012 p. 229) relata:

As críticas formuladas contra a manutenção dos embargos infringentes fundam-se, basicamente, em razões históricas ou no excesso de recursos que acarretariam a demora da entrega final da prestação jurisdicional. E que, com

a interposição dos embargos infringentes, haveria, mais uma vez, o rejugamento da causa, prolongando, ainda mais, o andamento do processo. (sic)

Outro argumento relevante é o de que os Embargos Infringentes somente existem no Direito brasileiro, não havendo mais previsão em nenhum sistema fora do Brasil. Nesse sentido, manifesta Wambier (2008, p. 643):

Os embargos são recurso cuja subsistência é muito criticada, porque se considera que, pelo menos em parte, a excessiva duração dos processos no Brasil se deve a recursos como esse, sem os quais o sistema poderia tranquilamente sobreviver, como ocorre em outros países, já que os embargos infringentes são um recurso tipicamente luso-brasileiro. (sic)

Na busca de esclarecer, com precisão, o leitor sobre as críticas a respeito do instituto, tem-se que considerar que a criação dos Embargos Infringentes, se deu com a relação entre Brasil e Portugal. Daí a expressão "luso-brasileiro", supracitada. Nessa seara, o professor Didier Jr. (2012, p. 229) complementa que, para alguns, os embargos infringentes representam

um anacronismo, na exata medida em que **somente o direito brasileiro ainda os prevê**, tendo sido abolidos, inclusive, do direito português, de onde surgiram. Além disso, por não deitarem raízes no direito romano ou não encerrarem outro fundamento de ordem científica, sua tendência seria a extinção, constituindo um *bis in idem* ou o "segundo tempo do recurso de apelação". (sic)

Foi em meio a divergências relevantes, como essas, que fizeram surgir **propostas, para edição do novo CPC com o objetivo de suplantar o de 1973**. Estima-se que o projeto de reforma durou cerca de cinco anos, no Congresso Nacional, começando, então, no ano de 2010, até ser publicada no Diário Oficial da União, no dia 16 de março de 2015, a Lei nº 13.105/2015, que se encontra em período de *vacatio legis* - o novo Código de Processo Civil, portanto.

Os resultados trazidos pelo novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), que atém doutrinadores da área processual, quanto aos Embargos Infringentes, dizem respeito à sua supressão do Direito Brasileiro. Especialistas jurídicos, que ajudaram a compor, ainda que relativamente, as redações do novo CPC, procuraram analisar, com mais severidade, o citado recurso, dada a prioridade de se elaborar um Código célere e que priorizasse a **simplificação e a economia processual**.

Os legisladores, visando não só a agradar quem era a favor da extinção dos Embargos Infringentes mas também quem era contra, tiveram o entendimento de que não poderiam ser simplesmente abolidos do sistema processual e ficar por isso, pois haveria uma abolição não só de

um recurso como também de um direito de recurso. Este raciocínio foi levado em consideração. Mas, pergunta-se, o que os legisladores fizeram, para substituir os Embargos Infringentes no novo CPC?

Prevista no novo CPC, em um único artigo (o art. 942), trata-se do grande feito por parte dos legisladores. Além de substituir o recurso de Embargos Infringentes, o instituto da Técnica de Julgamento é mais simples e direto, se comparado, garantindo sua finalidade, que é dar celeridade ao processo.

Com mais detalhes sobre o atual assunto, assevera Scarpinella (2015, p. 590):

O projeto da Câmara optou por transformar o que, na tradição do direito brasileiro, é recurso em técnica de julgamento e foi neste formato – até porque, sem violação ao “devido processo legislativo”, outro não poderia ser – que o instituto passou para o novo CPC. *(sic)*

A novidade trazida pelo novo instituto, em termos mais específicos, foi **a supressão de um recurso**. E designado apenas como Técnica de Julgamento, dando, portanto, mais agilidade ao processo, sem a necessidade de recorrer-se a uma instância superior. Neste sentido, com mais detalhes, as palavras de Wambier (2015, p. 1341):

A solução trazida pelo dispositivo legal em discussão visa a, de um lado, garantir à parte o direito de fazer prevalecer o voto vencido, com a ampliação do quórum de votação, e, de outro, a aceleração e simplificação do processo, com a eliminação de um recurso. *(sic)*

Não se encontram detalhes mais precisos a respeito da Técnica de Julgamento. Trata-se de um instituto que fora posto no Direito brasileiro recentemente e que precisa ser estudado com mais profundidade, sendo, portanto, questão de tempo encontrar obras específicas sobre o assunto.

CONCLUSÃO

As pessoas, na busca de seus direitos resguardados, diante de um **sistema judiciário despreparado e com leis extremamente complexas**, lotam-no, fazendo com que muitos processos se prolonguem por anos, dando a sensação de ineficácia da justiça. Com o presente estudo, pôde-se ver que, com a adoção de um novo instituto cuja incidência é maior, houve um grande passo quanto a evitar a morosidade no processo, devido à previsão do art. 942 do novo CPC.

O fato de não haver mais a necessidade de a parte entrar com recurso é a maior contribuição para a celeridade e economia processual. A redação que o legislador deu ao citado artigo também retirou da doutrina as divergências sobre a morosidade do instituto como recurso.

Entende-se não haver dúvidas quanto à coerência de que a incidência da Técnica de Julgamento é maior que a dos Embargos Infringentes, visto que o CPC/73 prevê apenas duas hipóteses e algumas exceções (considerando, também, as sumuladas) em relação ao cabimento dos Embargos Infringentes. Já o CPC/2015, prevê que a Técnica de Julgamento se aplica, além de no julgamento não unânime de apelação, na ação rescisória e no agravo de. Isto contribui para que este Código tenha um campo de incidência muito mais amplo que o do CPC ainda em vigência.

Trata-se de um tema ainda muito recente e que precisa ser estudado conforme se evoluem os pensamentos e costumes sociais. Por este motivo a dificuldade para se encontrar obras do referido tema – em especial, o da Técnica de Julgamento.

Portanto, deixando de lado estas considerações, trata-se de um grande avanço para o, por hora, complexo e parcialmente ineficaz, sistema processual brasileiro.

REFERÊNCIAS

CRUZ E TUCCI, José Rogério. O regime do precedente judicial no Novo CPC. **Revista do Advogado**. São Paulo, n. 126, p. 143/151, ano XXXV, mai. 2015.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 10. ed. V. 3, Salvador: Jus PODVIM, 2012.

Finalmente um novo CPC: temos que comemorar?, **Jornal Carta Forense**, São Paulo, fev. 2015. Caderno A, p. 4.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 1 ed. V. Único. São Paulo: Saraiva, 2011.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 22. ed. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2013. Novo CPC, **Jornal Carta Forense**, São Paulo, mar. 2015. Caderno B, p. 10.

O novo Código de Processo Civil, **Jornal Estado de Direito**, São Paulo. 2015. p. 6.

PUOLI, José Carlos Baptista. O juiz, a aplicação do Direito e o Novo CPC. **Revista do Advogado**. São Paulo, n. 126, p. 131/136, ano XXXV, mai. 2015.

SCARPINELLA, Cassio. **Novo Código de Processo Civil Anotado**. 1. ed. V. Único. São Paulo: Saraiva, 2015.

THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Procedimentos Especiais**. 55. ed. V. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil**. 10. ed. V. 1. São Paulo: RT. 2008.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. **Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil: artigo por artigo**. 1. ed. V. Único. São Paulo: RT, 2015.